

ENCRUZILHADAS
DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

organização **Rodrigo Castelo**

ENCRUZILHADAS

DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Tradução dos textos em espanhol **Diego Al Faro**

Tradução do texto em francês **Wanda Brant**

COPYRIGHT © 2010, Rodrigo Castelo

Título: Encruzilhadas da América Latina no século XXI

Coordenação editorial: Bruno Cruz e Rodrigo Murтинho

Tradução: Diego Al Faro e Wanda Brant

Revisão: Vinicius Renaud e Marcos Roque

Capa e projeto gráfico: Bruno Cruz

Imagem da capa: Istock photos

**Este livro foi composto seguindo o novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa (Decreto nº6.583/2008).**

Pão e Rosas

Caixa postal 16216 | CEP 22221-971 | Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3717-2127 | editorial@paoerosas.com.br

www.paoerosas.com.br

Lema

Av. Pasteur 250 | Botafogo | Rio de Janeiro | RJ | CEP 22290-240.

Palácio Universitário, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas/UFRJ, sala 106

Tel.: (21) 3873-5306 | contato@marxismo.com.br

www.marxismo.com.br

realização



apoio



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA LIDARA MANDOJU CRB-75331

E56 Encruzilhadas da América Latina no século XXI/organização Rodrigo Castelo; tradução dos textos em espanhol Diego Al Faro; tradução do texto em francês Wanda Brant. – Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

212p.; 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-62501-02-9

1. AMÉRICA LATINA – POLÍTICA E GOVERNO – SÉC. XXI. 2. AMÉRICA LATINA – POLÍTICA ECONÔMICA – SÉC. XXI. 3. AMÉRICA LATINA – INTEGRAÇÃO ECONÔMICA – SÉC. XXI. 4. AMÉRICA LATINA – CONDIÇÕES SOCIAIS – SÉC. XXI. I. CASTELO, RODRIGO, 1975-.

CDD302.98

*Jurei mentiras
e vivo sozinho.
Assumo os pecados.
Os ventos do norte
não movem moinhos,
e o que me resta
é só um gemido.*

*Minha vida, meus mortos,
meus caminhos tortos.
Meu sangue latino.
Minh'alma cativa.*

*Rompi tratados,
traí os ritos.
Quebrei a lança,
lancei no espaço:
um grito, um desabafo.
E o que me importa
é não estar vencido.*

(Secos e Molhados, 1973)

Lista de siglas

Alba	Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América	ISI	Industrialização baseada na Substituição de Importações
Alca	Área de Livre-Comércio das Américas	MAS	Movimiento al Socialismo-Bolivia
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento	MAB	Master of Business Administration
Apra	Alianza Popular Revolucionária Americana	Mercosul	Mercado Comum do Sul
Bird	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (também conhecido como Banco Mundial)	MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	Nafta	North America Free Trade Association
CIA	Central Inteligency Agency	OMC	Organização Mundial do Comércio
Clacso	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	ONU	Organização das Nações Unidas
EID	Estratégia Internacional de Desenvolvimento	OPA	Operação Pan-Americana
Farc	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia	Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
FMI	Fundo Monetário Internacional	PC	Partido Comunista
HOS	modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson	PCB	Partido Comunista Brasileiro
IDE	Investimento Direto Externo	PIB	Produto Interno Bruto
Iets	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade	Polop	Organização Marxista Revolucionária: Política Operária
IFI	Instituições Financeiras Internacionais	TLC	Tratados de Livre-Comércio
Invepal	Indústria Venezuelana Endógena de Papel	TPE	Transformação Produtiva com Equidade
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros	Unctad	United Nations Conference on Trade and Development
		UNT	Unión Nacional de Trabajadores
		URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Prefácio **Virgínia Fontes, 13**

Apresentação **Rodrigo Castelo (org.), 21**

Parte I

REFORMA, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina, **35**

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?, **57**

Claudio Katz

Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina:

notas para uma discussão, **81**

Atilio Boron

Parte II

CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

A crise do desenvolvimentismo, **103**

Ruy Mauro Marini

Neoconservadorismo com roupagem alternativa:

a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington, **119**

Marcelo Carcanholo

Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica, **143**

Alexis Saludjian

Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos, **169**

Fernando Prado e Monika Meireles

O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano, **191**

Rodrigo Castelo

Sobre os autores

Alexis Saludjian

Doutor em Economia pela Université Paris 13, Villeteuse. Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador associado do CEPN/ Université Paris 13, Villeteuse, e membro do Groupe de Recherche sur l'Etat, l'Internationalisation des Techniques et le Développement.

Atilio Boron

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard. Professor de Teoria Política e Social da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires. Atualmente dirige o Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales do Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini. Autor dos livros *A coruja de Minerva* (Vozes, 2001) e *Socialismo siglo XXI* (Luxemburg, 2008), entre outros. Seu blog é <<http://www.atilioboron.com>>.

Claudio Katz

Professor da Universidad de Buenos Aires e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Membro do Economistas de Esquerda (EDI). Escreveu inúmeras obras, entre elas citamos *El porvenir del socialismo* (Herramienta e Imago Mundi, 2004) e *Las disyuntivas de la izquierda en America Latina* (Luxemburg, 2008). Seu website é <<http://katz.lahaine.org>>.

Fernando Prado

Graduado em Economia pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre no Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Unam. Atualmente, trabalha como investigador no Instituto de Estudos Latino-americanos (Iela) da UFSC.

Marcelo Carcanholo

Doutor em Economia pela UFRJ. Atualmente, é professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e Marxismo da mesma instituição. Autor do livro *A vulnerabilidade econômica do Brasil* (Ideias e Letras, 2005).

Monika Meireles

Mestre em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) e doutoranda no Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Unam.

Plínio de Arruda Sampaio Júnior

Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e professor da mesma instituição. Autor do livro *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente* (Vozes, 1999).

Rodrigo Castelo

Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile do Instituto de Economia da UFRJ, doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ e professor do Centro Universitário de Volta Redonda. Organizou, com Marcelo Paixão, o livro *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos de José Ricardo Tauile (1981-2005)* (Editora da UFRJ, 2009).

Ruy Mauro Marini

Formado em Ciências Sociais pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, tornou-se um dos mais destacados membros da teoria marxista da dependência. Lecionou em importantes universidades e centros de pesquisa latino-americanos (Universidade de Brasília, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidad de Chile). Escreveu diversos livros, entre os quais destaca-se o clássico *Dialética da dependência* (reproduzido no Brasil na publicação *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (orgs.), Expressão Popular, 2005).

Prefácio

Novas encruzilhadas e velhos fantasmas

Virgínia Fontes¹

Nos últimos anos, vêm obtendo bastante sucesso em certos meios políticos e intelectuais latino-americanos, e em especial no Brasil, argumentos solicitando, impulsionando e legitimando um suposto novo-desenvolvimentismo, que agrega uma justificativa modernizadora a processos econômicos de grande concentração de capitais já em curso. Esse novo-desenvolvimentismo promete recuperar os desafios perdidos da América Latina e propulsar, enfim, a recuperação do “atraso” do continente. Essa modernização asseguraria a expansão do consumo, num mercado interno ampliado e plenamente integrado ao mercado mundial. E tudo isso em pleno contexto de crise internacional, embalado e confortado por eleições caras e midiáticas, símbolo da democracia finalmente conquistada.

No Brasil, essa proposição tem um paradoxal sabor duplo, futurista e passadista, sugerindo discreta ou abertamente uma retomada da década de 1950, considerada um período no qual os rumos de um capitalismo autônomo teriam sido truncados pelos golpes militares da década seguinte e pela intervenção estadunidense em muitos países da América Latina. Em diversos meios, argumentos desse jaez, embora com gradações muito variadas, vêm se tornando uma espécie de senso comum e se apresentam como confiáveis e apaziguadores, pois apontam para a superação de

¹ Docente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, da pós-graduação de História da UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes/MST.

situações que a maioria da população criticou asperamente – como a ditadura militar, o neoliberalismo e as privatizações – e acenam com perspectivas respeitadas e apreciadas – como o desenvolvimento, o aumento do consumo, a democracia, o emprego. Onde reside, então, o problema?

O problema é que tais argumentos mesclam elementos verdadeiros de maneira limitada e incompleta. São meias-verdades, como um copo meio cheio que permanece meio vazio. Nos limitaremos aqui a apresentar alguns bordões já bastante difundidos para, em crítica também exposta rapidamente, como convém a um prefácio, identificarmos graves omissões, algumas delas excessivamente marotas.

Com o pensamento exposto acima, forja-se uma espécie de historiografia mitológica e simplificada cujas linhas fundamentais rezam que, nas décadas de 1960 e 1970, ditaduras militares (apoiadas pelos Estados Unidos) teriam esmagado o projeto desenvolvimentista impulsionado pela aliança entre o Estado e as burguesias industriais nacionais, mas dificultado por um esquerdismo radical. Para essa linha de raciocínio, sob a vigência de democracias em todos os países, trata-se de voltar ao tempo perdido e retomar o fio da meada. Seja como resultado das ditaduras ou das democracias, foi descartado o risco maior – o dos grupos “extremistas” que queriam um socialismo impossível e historicamente derrotado.

Ora, de fato, as ditaduras militares nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina contaram com o apoio aberto ou velado dos Estados Unidos, tanto no momento de sua implementação quanto ao longo do tempo, na longa noite de torturas e perseguições que matou milhares de latino-americanos. Decerto, ainda, tais ditaduras eliminaram impulsos de uma efetiva democratização que estava em curso, através de reivindicações de reformas universalizantes e substantivas, como a reforma agrária, educacional, de saúde, contra as remessas de lucro para o exterior, entre outras demandas populares. Na metade cheia do copo, a maioria dessas ditaduras sangrentas impôs a ferro e fogo a monopolização capitalista, esvaziando o sentido, se é que houvera, de tais “burguesias nacionais”. Na metade vazia e silenciada do copo, entretanto, as burguesias industriais – assim como as demais burguesias – não foram vítimas desses golpes, mas *suas beneficiárias e cúmplices*. Convocaram as esmagadoras forças estadunidenses contra seus próprios povos; enviaram jovens soldados, que procuravam nas forças armadas uma carreira que os protegesse das intempéries dos mercados instáveis, para terríveis cursos na

Escola das Américas, instituição mantida pelos Estados Unidos para treinamento de militares latino-americanos, sediada no Panamá até 1984 e, em seguida, rebatizada e deslocada para a Georgia, nos EUA, onde continua a realizar a mesma triste tarefa: adestrar para a violência (legal ou não) contra seus povos em nome da pretensa segurança do continente, leia-se, dos interesses do grande capital.

O massacre realizado pelas ditaduras não apagou o socialismo do continente, nem o poderia: a luta pelo socialismo se recria enquanto houver capitalismo. Ceifou, todavia, uma geração jovem de trabalhadores, de militantes, de sindicalistas, além de tentar adestrar as populações, pela tortura e pelo medo, a moderar suas reivindicações ao nível do infrapossível.

O senso comum deixa à sombra que o retorno às democracias foi lento e penoso e exigiu enorme coragem e luta contra o medo, uma vez que o terror fora institucionalizado em muitos de nossos países. Nessa luta, nossos mortos nos ensinam a cada dia a recuperar as reivindicações socialistas, como nos lembram cotidianamente as avós da Plaza de Mayo. Em muitos países latino-americanos as lutas populares aprofundaram-se, trazendo rumos socializantes e consolidando uma efetiva democratização da vida social.

Ameaças abertas ou veladas de retrocesso ditatorial empanaram em outros países o impulso democratizante da década de 1980, ao lado de intensa atuação no sentido da reconfiguração das lutas populares, capturando para dentro de uma ordem capitalista autocrática e acanhada as reivindicações de uma plena soberania social, de direitos universais, de verdadeiras e amplas reformas sociais. O estado de direito, logo que reconquistado, foi submetido às esdrúxulas alianças entre a grande propriedade, amalgamando oligarquias, terratenentes, burguesias industriais, agrárias, comerciais, bancárias, financeiras, compradoras e outras que, novamente contra suas populações, convocaram capitais e poderes transnacionais para tentar alcançar a última novidade de então, o neoliberalismo. Pela virulência econômica das reestruturações e expropriações, pelas forças policiais, pela mídia latifundiária, e também pela sedução das “parcerias” e de vultosos recursos destinados a desviar para rumos adaptativos (e não mais reivindicativos) a atuação de setores das organizações de trabalhadores, conformou-se um capitalismo cujas feições democráticas se enrijeciam, similares a um doloroso ricto.

O que unificou essas burguesias e certos setores intelectuais? O que lastreia, hoje, tanto conservadores quanto social-liberais? Para além de

uma formação regada a recursos provenientes de fundações e *think tanks*, pela difusão de MBAs (*Master of Business Administration*), esses intelectuais sonham com a derrota de qualquer projeto socialista e se felicitam com as ditaduras por, ao menos temporariamente, tê-los liquidado. Chegaram a ponto de retomar a frase de Pinochet, o mais tristemente célebre ditador latino-americano, e designar as ditaduras da nossa região como “ditabrandas”! Uma versão peculiar e particularmente enviezada da história recente vem sendo adotada por diversos historiadores e politólogos no Brasil, que requentam velhos mitos e os apresentam como novidades, de maneira muito conveniente às novas formas de dominação do capital-imperialismo no interior da América Latina.

Ao longo dos últimos 20 anos, lutas sociais se acirraram na América Latina, evidenciando claramente que o combate ao neoliberalismo envolve enfrentar a própria expansão do capital-imperialismo sob todas as suas formas e disfarces. Não existem mais “burguesias revolucionárias” dispostas a enfrentar oligarquias que impedem sua expansão, ou com veleidades de autonomizar um capitalismo nacional – hoje, os grandes proprietários estão associados, embora de maneira desigual, e integram as fileiras do grande capital. As burguesias locais, produto da dependência aos grandes capitais forâneos, amoldaram-se plasticamente a essa subalternidade, introjetando-a como sua própria forma de ser. Almejam atuar imperialisticamente enquanto patinam na dependência, sem pejo de lançar o custo das crises às suas populações.

O mito das origens se duplica através de outros bordões. Volta à cena um personagem que, antes apontado como necessário e inevitável, agora passa a ser esgrimido como o principal inimigo: o neoliberalismo. A ele se atribui o mérito de modernizar a vida social, mas teria cometido um engano dramático ao esmagar o Estado com algumas das privatizações e ao aprofundar a desindustrialização e o desemprego. Frente a tal inimigo, o receituário proposto é um Estado forte e que promova o desenvolvimento econômico, amenizando, se possível, o sofrimento dos mais vulneráveis, para assegurar uma inserção competitiva na ordem internacional.

Certamente, o vagalhão neoliberal, iniciado na década de 1980 na América Latina, foi imposto explicitamente por agências internacionais (capital-imperialistas) e teve uma acolhida inicialmente hesitante entre alguns setores da burguesia local. Em seguida, contudo, com ritmos diferenciados nos diversos países, *recebeu dela entusiástica adesão*. Resultou no crescimento exponencial do desemprego, na redução de direitos laborais e sociais

e, em muitos países, em expressiva desindustrialização e em crises sociais agudas. Mas também resultou em saltos gigantescos de concentração e centralização de capitais, e na ressubordinação de enormes massas de trabalhadores pelas expropriações massivas e através da incorporação subalternizada de suas entidades representativas. Historicamente, o neoliberalismo pode ser apresentado como uma “vingança” do capital contra o trabalho ou, em outros termos, como uma revanche contra as tentativas populares de impor freios e limites ao capital por intermédio da consolidação de direitos sociais, no chamado Estado de Bem-Estar Social. Não se pode, porém, esquecer que o neoliberalismo nasceu exatamente das entranhas daquele Estado que, não por acaso, era também a base da expansão do imperialismo multinacionalizado. A contraposição entre um capitalismo benfazejo, do “bem-estar”, e um capitalismo malfazejo e neoliberal olvida a relação de continuidade entre eles, deixa na sombra a gestação peculiar do capital-imperialismo que, apresentando-se como novidade histórica (a “globalização” e o “neoliberalismo”), resultou do aprofundamento a níveis nunca antes vistos da concentração de capitais nos países centrais exatamente no período do “bem-estar”. Na atualidade, a enorme concentração da propriedade sob o predomínio do capital monetário resultou em imbricação íntima dos diferenciados setores do capital no plano internacional – industrial, comercial, bancário, fictício – em proporções e escala que exigem uma análise mais acurada do que permite este espaço.

Quanto ao Estado, é verdade que o chamado período neoliberal envolveu profundas modificações. Porém, contrariamente ao apregoado, não para reduzi-lo, e sim para “enxugar suas gorduras” (leia-se, eliminar direitos sociais) e remusculá-lo, torná-lo “sarado” e enxuto, um “Estado *pitbull*”, com o fito de defender o capital frente a eventuais ameaças da população. Tratou-se, portanto, de fortalecer o Estado para sustentar o capital, reduzindo todas as adiposidades que representavam as conquistas populares. O uso da violência – destruição de greves e de sindicatos combativos, estruturas policiais reforçadas, blindagem de setores estratégicos da economia, criminalização de movimentos populares – se fez ao lado do crescimento de formas intensificadas de convencimento, reconfigurando e limitando o alcance das democracias recém-conquistadas. Nunca se deve esquecer que o Estado não paira acima da sociedade, sendo dela parte integrante e respondendo à correlação de forças entre as classes sociais.

Nas décadas de 1980 e 1990, agigantaram-se o desemprego e a perda de direitos ligados ao contrato de trabalho. De fato, as privatizações e os

pagamentos das dívidas retiraram dos setores populares não apenas recursos públicos, mas também capacidade de interferir nas políticas, doravante concentradas na gestão econômica e social direcionada para o capital. Porém, o neoliberalismo é apenas uma das facetas do capital-imperialismo na sua configuração contemporânea. Ele integra um processo de expansão internacional da concentração do capital, consolidando os *global players* mimados – pois se tornaram “grandes demais para quebrar” – ao lado do aumento e aprofundamento de múltiplas expropriações do conjunto da população.

As novas expropriações são homólogas às dos momentos formadores do capitalismo, quando incidiam sobretudo sobre a terra e os meios diretos de produção dos trabalhadores rurais, mas não são idênticas. São homólogas, pois envolvem a supressão de todos os limites socialmente impostos à plena disponibilização das populações para o mercado. Mas alastram-se para muito além da expulsão de trabalhadores rurais (que segue se aprofundando), chegando mesmo à eliminação de direitos laborais e ao monopólio da natureza comum, convertida em propriedade – como as águas doces e salgadas, a capacidade de reprodução biológica dos principais produtos agrícolas alimentares mediante sementes transgênicas (trigo, milho e arroz, dentre outras) etc. As expropriações atingem a própria composição orgânica do ser humano, por meio do patenteamento de elementos humanos.

A exacerbação atual do uso de recursos públicos para “salvar” o capitalismo das garras de certos capitalistas ou para confortar e produzir *global players* tupiniquins transnacionalizados (ainda que em boa parte para produzir *commodities*) aprofunda a intimidade entre Estado e entidades empresariais do grande capital, forjando em alguns países um imperialismo nanico e dependente, mas problemático. Isso envolve recolocarmos em debate as formas de integração latino-americana que intentam reproduzir internamente o desenvolvimento desigual e combinado, quando existem possibilidades de uma efetiva cooperação entre os povos. A questão fundamental segue sendo: a quem responde e serve este Estado?

Este último mito embala outro problema, maior e mais complexo, que é a suposição de um desdobramento linear entre expansão da produção capitalista e bem-estar social. Ora, todo o período ditatorial no continente aprofundou a expansão capitalista interna a cada país, mantendo e estreitando os elos da dependência que os submetia, de maneira exacerbadamente desigual, aos países centrais. Agravou as desigualdades sociais. Mas

também aprofundou os laços que atavam os diversos países aos desiguais estágios capital-imperialistas *no interior da própria América Latina, agravando as disparidades sociais no continente*. A expansão capital-imperialista nos tempos contemporâneos aponta não para a generalização de direitos, mas para a sua supressão. As brutais expropriações de direitos laborais, que fazem parte da história dramática de toda a América Latina, hoje são também evidentes nos países centrais. Tais dramas sociais parecem desaparecer da visão dos que supõem que o desenvolvimento econômico (considerado como sinônimo de industrialização, de mercantilização generalizada, de liberalismo puro ou nuançado de social-liberalismo, de concentração desenfreada) desemboca em padrões de civilidade e civilização. Supõem uma burguesia produtiva “boa” enfrentando os maus capitalistas financeiros, deixando à sombra o fato de que estão intimamente mesclados. Esquecem a barbárie na qual estão mergulhados os países centrais, que seguem apresentando como modelo – mesmo quando neles se expandem expropriações sucessivas de direitos, quando há um acirramento brutal da concorrência laboral (que chegou a conduzir a uma grande quantidade de suicídios, como na França), e quando se institucionalizam racismos predatórios, como as perseguições aos refugiados de diversas procedências perpetradas pelos Estados Unidos, a Itália ou a Espanha e a construção de muros vergonhosos (vide Estados Unidos, Israel, Espanha) bloqueando o acesso de ondas de migrantes a direitos mínimos.

Este livro engaja o bom combate e organiza uma crítica sistemática às falácias políticas, sociais e econômicas que vêm sendo brandidas para a defesa desse requentado novo-desenvolvimentismo. Mergulha a fundo nos argumentos políticos que evidenciam os novos equívocos e, com maestria, avança na crítica dessa suposta retomada do modelo cepalino, agora retraduzido para um formato no qual se abandonou inclusive o que havia de mais rico e instigante nas formulações originais. Permite reafirmar que, se de fato vivemos um drama real nas décadas desenvolvimentistas, hoje o que pretendem nos apresentar como novidade se limita a uma perigosa farsa.

Apresentação

Rodrigo Castelo

1. A encruzilhada

O neoliberalismo tem uma longa história na América Latina. Essa história se inicia nos anos 1970, com o golpe do general Augusto Pinochet que derrubou o governo de Salvador Allende e liquidou a via democrática do socialismo chileno. Apoiado pelos Estados Unidos, pelas grandes multinacionais e pelos setores mais reacionários da sociedade chilena, o golpe armado pavimentou o caminho para os tecnocratas importados diretamente da Escola de Chicago, então comandada por Milton Friedman, implementarem o receituário típico do neoliberalismo, tais como controle da emissão monetária, aumento da taxa de juros, privatização dos bens e serviços públicos. Essas medidas, na prática, objetivavam o desmonte do projeto da Unidade Popular. No seu lugar, emergia outro projeto, agora afeito aos interesses das classes dominantes, nacionais e internacionais. Nascia, assim, sob os auspícios da autocracia burguesa, o neoliberalismo na América Latina.

Anos mais tarde, já na década de 1980, após as vitórias dos conservadores na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, o neoliberalismo latino-americano retoma o fôlego, sob uma roupagem hegemônica, sem, contudo, descartar medidas coercitivas de repressão às resistências populares. Nesse período, o objetivo do neoliberalismo era se apresentar como uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação. Dessa forma, im-

plementou-se uma nova agenda de política econômica e de integração regional ao mercado mundial. A partir de então, a América Latina, por meio da política adotada pelas suas classes dominantes, ficaria presa ao Consenso de Washington.

Nesse período, temos a aplicação quase integral de tal receituário nos países latino-americanos. Seguindo de perto as recomendações elaboradas por economistas neoclássicos dos principais centros universitários estadunidenses e por tecnocratas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), governos de Argentina, Brasil, Colômbia, México, Venezuela e tantos outros colocaram em prática medidas preconizadas pelo Consenso de Washington, tais como a alta das taxas de juros, o equilíbrio fiscal, a privatização das empresas públicas, a redução dos gastos sociais, a liberalização financeira e comercial e a garantia dos direitos de propriedade. Além disso, podemos constatar a desnacionalização e o desmonte dos parques produtivos nos países que haviam logrado algum grau mais avançado de industrialização, bem como uma espécie de inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com o aumento do peso de produtos primários na pauta de exportações dos países latino-americanos. Por mais ou menos 20 anos, o neoliberalismo foi o modelo de integração subordinada da América Latina à nova fase imperialista do grande capital, reafirmando o caráter espoliativo, dependente e iníquo do modo de produção capitalista na região.

No final da década de 1990, o neoliberalismo demonstrou seus primeiros sinais de esgotamento. As promessas não foram cumpridas, e a América Latina continuou imersa na dependência e no subdesenvolvimento. Todas as contrarreformas propostas pelo Consenso de Washington resultaram no aumento das desigualdades econômicas, sociais, culturais e regionais entre classes, povos e países da América Latina. Uma série de desequilíbrios macroeconômicos e sociais se manifestou, como o do balanço de pagamentos e a degradação do mundo do trabalho, expressa no desemprego estrutural, na precarização das relações trabalhistas, na redução dos direitos sociais e no aumento do pauperismo. Tais sinais de enfraquecimento do projeto neoliberal abriram novos espaços de luta e confrontos na América Latina, que viu surgir novos sujeitos históricos organizados em torno de movimentos sociais.

A reação popular ao regime de acumulação financeira e à inserção da região na nova divisão internacional do trabalho, que privilegia a expropriação de bens naturais das populações “originárias” e camponesas, não

tardou a aparecer. Os movimentos indígenas na América Andina e em Chiapas, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil, os *piqueteros* na Argentina e o Fórum Social Mundial são exemplos marcantes da resistência popular ao neoliberalismo e da busca de alternativas políticas ao capitalismo dependente.

Portanto, desde o final da década de 1990, a América Latina vivencia uma guinada política à esquerda, capitaneada pelos movimentos populares. Diversos governantes alinhados ao Consenso de Washington foram derrubados pela mobilização das classes subalternas, e lideranças políticas e sociais com posições antineoliberais foram democraticamente eleitas com maciço apoio popular. Iniciou-se, assim, um processo político de ruptura com o neoliberalismo, levando alguns autores a falar apressadamente, já em 1994, em uma fase pós-neoliberal. Alternativas surgiram, umas mais à esquerda, outras mais ao centro. Cada uma delas tem bases ideológicas e programáticas diferentes e, em alguns casos, divergentes. Podemos dividi-las esquematicamente em três grandes propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo e o socialismo do século XXI. Façamos esse percurso indo da direita para a esquerda.

O social-liberalismo é uma proposta de revitalização do neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. Ele ganha força a partir da publicação dos trabalhos de Anthony Giddens, sobre a Terceira Via; de Alain Touraine, sobre a Via 2 ½; de Amartya Sen, sobre o desenvolvimento humano, entre outros. Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades e de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado. Aqui na América Latina o social-liberalismo é representativo no Chile e no Brasil, mas está presente em diversos outros países.

Adotando posições centristas moderadas, o novo-desenvolvimentismo, que em quase nada lembra o velho desenvolvimentismo latino-americano, coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinados a uma melhora substancial nos padrões distributivos da América Latina. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas periféricas. Nesse caso, podemos constatar

a influência das ideias keynesianas. Sua força é crescente e se faz sentir na Argentina e em setores do governo Lula.

Do lado mais à esquerda do espectro político, temos o socialismo do século XXI, iniciado com a Revolução Bolivariana de Chávez em 1998. Ainda marcado por fortes pressões contrárias, como movimentos separatistas das elites descontentes, golpes militares com o apoio dos Estados Unidos e campanha difamatória orquestrada pela grande mídia, o socialismo do século XXI busca consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialista que ligam a periferia ao centro; busca também combater as relações capitalistas, coloniais e racistas internas a cada um dos países da região andina. Sua principal iniciativa de integração político-econômica é a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Alba), e suas raízes ideológicas, ainda muito frágeis do ponto de vista teórico, remontam aos antigos líderes independentistas, como Simon Bolívar e José Martí, ou revolucionários como Zapata e Sandino, bem como a ramos da teoria marxista, como o da Dependência.

Aos trancos e barrancos, a América Latina experimenta, dessa forma, avanços democráticos em algumas nações da região, todos eles conquistados por ampla mobilização popular. Diversos sujeitos históricos (res) surgiram na cena política e demandaram novas institucionalidades que atendessem seus interesses econômicos, políticos e culturais. Venezuela, Bolívia e Equador são os exemplos mais significativos do recente avanço das lutas populares em *nuestra América*.

Já em outros países, como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, assistimos à transição das ditaduras para regimes democráticos, nos quais setores da antiga resistência às autocracias assumiram o poder, mas não foram capazes de avançar no desmonte das estruturas oligárquicas. Nessas nações, prevaleceram governos de feição social-democrata com práticas efetivas de antigos dirigentes de direita, uma mescla *sui generis* entre medidas do social-liberalismo e do novo-desenvolvimentismo.

Apesar das significativas diferenças existentes entre os dois blocos de países supracitados – uns trilhando o caminho do socialismo, outros o do reformismo (sem reformas estruturais) –, podemos perceber um avanço da democracia no continente, marcado constantemente por golpes executados pelas elites locais sob o patrocínio do imperialismo estadunidense.

O avanço democrático experimentado nos últimos anos na América Latina, por mais limitado que seja, soou como um alarme de incêndio nas classes dominantes locais. Na cabeça dessas elites era necessário acio-

nar o freio e parar o avanço das forças populares, que tiveram a ousadia então inimaginável de recolocar o socialismo como palavra de ordem e programa político.

A autocracia burguesa latino-americana, tão bem descrita na obra de Florestan Fernandes, ensaia novas experiências diante da guinada à esquerda da região. A contrarrevolução autocrática começou a ser orquestrada e operacionalizada no centro da democratização latino-americana. O golpe que Chávez sofreu em 2002 alçou ao poder, com o apoio dos Estados Unidos e do FMI, um típico representante das elites venezuelanas. Em menos de uma semana, um milhão de venezuelanos tomaram as ruas de Caracas e exigiram, com a Constituição nacional nas mãos, a volta do presidente eleito. Assim foi feito e o presidente eleito retornou às suas funções. Isso, contudo, não significou o fim da contrarrevolução autocrática na América Latina. Era apenas o primeiro *round* de uma intensa batalha que perdura até hoje e que não nos dará trégua tão cedo, pelo menos enquanto durar a luta dos povos pelo socialismo.

O segundo *round* aconteceria na Bolívia. Após sucessivas derrotas eleitorais e políticas, as elites dos departamentos mais ricos do país iniciaram um processo de separatismo e de criminalização dos movimentos sociais indígenas. Lideranças e militantes foram mortos e uma conspiração direitista passou a ser tramada no país. Após uma onda perturbadora de incidentes e crimes contra as organizações populares, o movimento separatista perdeu seu ímpeto e não teve forças de impedir a reeleição do presidente Evo Morales, que saiu fortalecido de todo o processo.

O terceiro *round* foi orquestrado no norte do continente. Em julho de 2008, após mais de 50 anos extinta, a Quarta Frota da marinha estadunidense foi reativada. Foi uma demonstração velada, e ao mesmo tempo contundente, do profundo desconforto nutrido pelos Estados Unidos com os rumos políticos de muitos países ao sul do Rio Grande. Nenhum grande destacamento naval foi dirigido para a região, mas o governo estadunidense sinaliza que pode fazê-lo caso a situação política saia do seu controle imperial.

O quarto *round* constitui-se em mais uma ingerência dos Estados Unidos na América do Sul. Na Colômbia, o presidente Uribe deferiu o pedido da Grande Águia do Norte de instalação de sete bases militares no seu país. A justificativa oficial é o combate ao narcotráfico, a mesma

desculpa usada no passado pelo Plano Colômbia, que nada mais foi do que um plano de combate às guerrilhas revolucionárias daquele país, plano que conta com o suporte de organizações paramilitares financiadas pelo Estado colombiano e por empresas multinacionais. Vale também lembrar que a Colômbia foi palco de um incidente na sua fronteira com o Equador, quando comandos militares daquele país invadiram o território vizinho na busca, captura e execução de membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

De acordo com os fatos listados, podemos dizer que os conflitos políticos estão gradativamente se deslocando para o plano militar. A democracia latino-americana, impulsionada por governos revolucionários, anti-imperialistas e reformistas, e limitada pelos governos social-liberais e novo-desenvolvimentistas, é crescentemente ameaçada pelo poder das armas e do grande capital. Estamos, assim, diante de uma militarização da “questão social” latino-americana.

Com isso, o investimento em armamentos na região tem crescido nos últimos anos e valiosos recursos que deveriam ser aplicados em saúde, educação, habitação, saneamento, transportes etc. estão sendo desviados para combater a contrarrevolução em marcha, ameaçando o aprofundamento do combate às expressões mais agudas da “questão social”.

A resposta popular foi o avanço político das reformas propostas e não o recuo. Diante da militarização da “questão social”, tivemos a radicalização das demandas populares. Diante dessa radicalização, temos outra, liderada pelas oligarquias regionais. Honduras surge nesse clima da necessidade burguesa de saídas golpistas, de decretação de estados de sítio para a contenção dos avanços populares, alguns deles caminhando para a revolução socialista. Isso, contudo, não surpreende aqueles que conhecem a história latino-americana, marcada por sucessivas contrarrevoluções preventivas e/ou de reação a situações revolucionárias.

O que está se desenhando neste início de século XXI na América Latina é, em resumo, uma complexa encruzilhada política. A arena da luta de classes latino-americana, para a qual confluem diversos interesses estrangeiros, é ocupada por forças muito díspares e divergentes entre si, tais como os socialistas, os novo-desenvolvimentistas, os social-liberais e os contrarrevolucionários. Somente a dinâmica da luta de classes na região – e alhures – determinará quais serão os caminhos trilhados pelos povos latino-americanos nesta intrincada encruzilhada na qual a região se vê enredada.

2. O livro

Diante desta complexa e indefinida conjuntura latino-americana, marcada pela encruzilhada entre diferentes projetos políticos, o Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema) decidiu colocar em debate os rumos da América Latina diante da crise capitalista, das reações populares frente ao projeto neoliberal e da contrarrevolução autocrática burguesa. Para isso, congregamos, em torno da presente publicação, um conjunto de pesquisadores sul-americanos que vem refletindo e atuando no debate por meio da combinação entre a batalha das ideias e a militância política.

O livro está estruturado em duas partes: a primeira – Reforma, revolução e contrarrevolução na América Latina – agrupa textos que tratam das estruturas econômicas e políticas e de movimentos sociais que emergiram na região após o neoliberalismo. Nela, o leitor terá um painel dos principais acontecimentos históricos dos últimos 30 anos na América Latina, bem como uma análise profunda e bemfundamentada desses fatos. A segunda parte – Contribuições à crítica do novo-desenvolvimentismo – está assentada na reunião de textos que apontam para uma revisão crítica da ideologia desenvolvimentista latino-americana, tanto na sua versão clássica quanto na contemporânea. Tal crítica, no nosso entender, se faz mais necessária do que nunca, tendo em vista tanto os limites políticos contidos nas ideias desenvolvimentistas quanto na sua recente aceitação de certas teses do neoliberalismo.

No primeiro artigo do livro, intitulado “Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina”, Plínio de Arruda Sampaio Jr. nos apresenta um largo panorama das transformações econômicas e políticas operadas na América Latina durante a era neoliberal, enfatizando a tese da reversão neocolonial, pela qual a região aprofunda seus laços de dependência e subdesenvolvimento com o imperialismo das nações centrais.

O segundo artigo é uma contribuição de Claudio Katz. “Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?” debruça-se, como o título deixa patente, sobre o embate entre as forças revolucionárias e reformistas latino-americanas. O economista argentino argumenta ao longo do texto que o ressurgimento do desenvolvimentismo nesta etapa histórica da América Latina reforça e repõe hesitações de luta contra o capitalismo, justamente em um momento de revitalização do socialismo na região. Cabe a nós, diz Katz, desarmar essa ofensiva ideológica e política do novo-desenvolvimentismo e trabalhar pela via socialista de superação da “questão social” latino-americana.

No último texto da primeira parte, “Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão”, Atilio Boron explora a ideia de que o capitalismo é a principal barreira para o pleno desenvolvimento da democracia na região, e como essa democracia, entendida como socialista, só pode ser fruto da luta e das aspirações das classes subalternas.

O primeiro texto da segunda parte é fruto de um resgate póstumo da obra de Ruy Mauro Marini, pensador e ativista revolucionário da Teoria Marxista da Dependência, que durante anos ficou esquecido e relegado ao segundo plano no pensamento social latino-americano. Aqui, apresentamos “A crise do desenvolvimentismo”, no qual Marini disserta sobre os limites teóricos e práticos do nacional-desenvolvimentismo para a efetiva ruptura da América Latina com a dependência e o subdesenvolvimento.

Logo a seguir, temos dois artigos de crítica à Nova Cepal. Marcelo Carcanholo, em “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington”, trabalha com a hipótese de que a Cepal abandonou, desde a era neoliberal, suas principais referências teóricas críticas do passado e passou a se inserir nos marcos do pensamento ortodoxo-conservador. Já o artigo “Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e os neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica”, de Alexis Saludjian, além de uma breve trajetória da antiga Cepal, traz uma cuidadosa revisão crítica das bases analíticas da Nova Cepal, demonstrando como essa instituição caminha progressivamente para o uso do instrumental neoclássico e, com isso, perde seu vigor reformista.

A penúltima contribuição – “Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos” – é assinada por Fernando Prado e Monika Meireles. Nela, os autores buscam resgatar as principais formulações teóricas e políticas das distintas correntes da Teoria da Dependência, com destaque para a vertente marxista-revolucionária de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini. O objetivo é mostrar a Teoria da Dependência como marco analítico relevante e oportuno para o entendimento das atuais determinações econômicas, políticas e sociais da América Latina, oferecendo uma alternativa ideológica ao novo-desenvolvimentismo.

Por fim, o texto “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano” desenvolve a tese sobre a decadência

ideológica do pensamento burguês na América Latina, expressa nas recentes formulações teóricas e práticas do novo-desenvolvimentismo. Tais formulações, no entender do autor, subtraem considerações a respeito de temas como as funções do Estado no novo imperialismo, a fusão operada entre frações do capital e as novas configurações do mundo do trabalho, esvaziando o estruturalismo latino-americano de análises sobre fatores estruturais.

3. Agradecimentos

Todo livro é uma construção coletiva. Muitos companheiros e profissionais participaram, direta e/ou indiretamente, da elaboração desta obra. Em primeiro lugar, agradeço aos membros do Lema. Ao longo dos últimos cinco anos temos desenvolvido uma camaradagem ímpar dentro do Laboratório, da qual este livro é apenas um dos frutos. Neste caso em particular, devo destacar Agnaldo Fernandes e Maria Malta, certamente os principais responsáveis pela viabilização do livro, em especial nos seus trâmites dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, dirijo publicamente minha gratidão aos coautores. Todos eles atenderam prontamente as solicitações, desde a cessão dos direitos de publicação até as demandas das sucessivas etapas de revisão. Sem eles, nada disso seria possível.

Virgínia Fontes e Denise Gentil trazem textos que iluminam os múltiplos caminhos possíveis de serem percorridos pelos leitores. Tanto o prefácio, escrito por Virgínia, quanto as orelhas, redigidas por Denise, ajudam-nos a entender as teses centrais dos artigos organizados, costurados pelo fio vermelho da necessidade de compreender a atual realidade latino-americana por meio do pensamento crítico, no qual o marxismo tem uma posição de destaque. No nosso entendimento, tal compreensão é necessária para servir de base a futuras transformações estruturais.

Por último, mas não menos importante, registro a competência e seriedade de toda a equipe da Pão e Rosas. Os editores comandaram com argúcia e sensibilidade o trabalho que envolve a produção de um livro: preparação dos originais, copidesque, revisões, projeto gráfico, diagramação, impressão. Sem dúvida, não poderia ter feito escolha mais feliz quanto à editora.

A todos, muito obrigado!

O organizador

Rio de Janeiro, junho de 2010